

Participação e Habitação Social: o protagonismo dos moradores das ocupações irregulares nas Pré-Conferências da Habitação de Londrina em 2023

Social Control and Social Housing in Londrina: the role of residents of irregular occupations in the Londrina Housing Pre-Conferences in 2023

Participación y Vivienda Social: el protagonismo de los residentes de ocupaciones irregulares en las Preconferencias de Vivienda de Londrina en 2023

Sandra Maria Almeida Cordeiro

Universidade Estadual de Londrina
sandracordeiro@uel.br

Marcos Aurelio Saquet

Universidade Estadual do Oeste do Paraná
saquetmarcos@hotmail.com

Resumo: Este artigo tem como foco a participação popular nas Pré-Conferências, evento preparatório para 6ª Conferência Municipal de Habitação de Londrina. Objetiva-se caracterizar e analisar o protagonismo social, aprofundando o olhar sobre os espaços de interlocução entre o poder público e a população que permearam a construção de propostas sentidas no cotidiano dessa população. É uma pesquisa ancorada no tipo pesquisa-ação, ao passo que a pesquisadora conduziu como coordenadora as Pré-Conferências Municipais de Habitação. trata-se de um relato de experiência, de cunho descritivo-reflexivo. Esses encontros revelaram ao mesmo tempo a pluralidade crescente da sociedade e dos interesses nela

presentes, entretanto três desses encontros que participaram moradores das ocupações irregulares se destacaram pela grande participação social desses e pelo número de propostas apresentadas. Percebe-se a amplitude dos espaços e canais de participação em relação a metodologia participativa proposta nas Pré-Conferências propondo o diálogo e a construção dos saberes técnico e popular. **Palavras-chave:** Participação Social. Territórios Vulneráveis. Pré-Conferência Municipal de Habitação, Londrina.

Abstract: This article focuses on popular participation in the Pre-Conferences, a preparatory event for the 6th Londrina Municipal Housing Conference. The objective is to characterize and analyze social protagonism, deepening the look at the spaces of dialogue between public authorities and the population that permeated the construction of proposals felt in the daily lives of this population. It is a research anchored in the action research type, while the researcher led the Municipal Housing Pre-Conferences as coordinator. This is an experience report, of a descriptive-reflexive nature. These meetings revealed at the same time the growing plurality of society and the interests present in it, however three of these meetings in which residents of irregular occupations participated stood out for their great social participation and the number of proposals presented. The breadth of spaces and channels of participation can be seen in relation to the participatory methodology proposed in the Pre-Conferences, proposing dialogue and the construction of technical and popular knowledge.

Keywords: Social Participation. Vulnerable Territories. Pre-Municipal Housing Conference, Londrina.

Resumén: Este artículo se centra en la participación popular en las Pre-Conferencias, evento preparatorio de la 6ª Conferencia Municipal de Vivienda de Londrina. El objetivo es caracterizar y analizar el protagonismo social, profundizando la mirada sobre los espacios de diálogo entre poderes públicos y población que permearon la construcción de propuestas sentidas en el cotidiano de

esta población. Es una investigación anclada en el tipo investigación acción, mientras que la investigadora lideró las Pre Jornadas Municipales de Vivienda como coordinadora. Se trata de un relato de experiencia, de carácter descriptivo-reflexivo. Estos encuentros revelaron al mismo tiempo la creciente pluralidad de la sociedad y los intereses presentes en ella, sin embargo tres de estos encuentros en los que participaron vecinos de ocupaciones irregulares se destacaron por su gran participación social y la cantidad de propuestas presentadas. La amplitud de espacios y canales de participación se puede ver en relación a la metodología participativa propuesta en las Pre Jornadas, proponiendo el diálogo y la construcción de saberes técnicos y populares.

Palabras clave: Participación Social. Territorios vulnerables. Conferencia Pre-Municipal de Vivienda, Londrina.

Introdução

Quando morar é um privilégio ocupar é um direito'...

Como essa frase faz sentido quando se afirma que, morar se torna um privilégio, na cidade capitalista, que exclui a população de baixa renda ao acesso à moradia digna. O direito à moradia que tem sido viabilizado pelos programas de habitação de interesse social não assegura tal direito, pelo contrário, causa frustrações e destruição do sonho da casa própria aos sujeitos.

Assim, os movimentos de luta por melhoria das condições de vida são fundamentais, nos quais parece cada vez mais evidente que há necessidade de estreitar a relação entre o Estado e a sociedade civil. E é justamente por isto que a autora se tornou membro titular do Conselho Municipal de Habitação², participando dos espaços de discussões sobre as questões urbanas e habitação de interesse social, vivenciando angústias e sofrimentos de pessoas sem teto, sem moradia, fato que resultou no aprofundamento das pesquisas há anos realizadas sobre esta temática, cursando mestrado, doutorado e pós-doutorado.

Estudando o tema avaliação de políticas sociais, percebe-se o quanto distante da realidade estão, quando se referem à participação popular na formulação e avaliação dessas políticas. Foi então que decidiu-se iniciar um processo de mobilização e organização popular para participar dos eventos preparatórios que antecedem a Conferência.

No município de Londrina, ao acompanhar as discussões sobre o Plano Diretor, a formação do Conselho Municipal de Habitação e a elaboração do Plano Local de Habitação de Interesse Social – PLHIS (que têm reflexos diretos para a população-alvo da habitação de interesse social), percebe-se um distanciamento do poder público para com as necessidades e anseios da população que vive à margem da cidade (in)formal e que cria seus próprios mecanismos de sobrevivência em relação à moradia.

¹ Expressão estampada nos muros da cidade de Porto Alegre, inscrita pelos Movimentos Sociais que atuam nas questões afetas ao cotidiano da política de habitação, repetida pela Professora Dra. Betânia Alfonsin durante a palestra “Direito à Moradia e Movimentos Sociais”, proferida em 2012, na Universidade Estadual de Londrina.

² Conselheira titular representante do segmento da sociedade civil organizada- CRESS/Pr – Conselho Regional de Serviço Social.

Para tratar do direito à moradia precisamos compreender a urbanização das cidades brasileiras, associada ao processo de industrialização que, via de regra, gerou um padrão de desenvolvimento excludente e promotor de desigualdades regionais e segregação socioespacial em nosso país. Para exemplificar tal padrão, cumpre observar seus impactos na taxa de urbanização que, segundo o IBGE, no ano de 1940, 31% da população morava nas cidades, enquanto em Londrina, eram 36,90 % da população. Porém, no ano de 1990, já eram 75% da população brasileira nas áreas urbanas, e 95% em Londrina. No ano de 2000, nas cidades brasileiras esse percentual passou para 81% e, em 2010, para 84,35%. Em Londrina, para os mesmos períodos, esse percentual aumentou pouco mais de 1%, passando de 96,94% para 97,40%. (IBGE- 2010)

O Brasil é considerado um país predominantemente urbano e Londrina já apresentava essa tendência de forte urbanização, contrariando a sua formação inicial que foi a partir de um ambicioso projeto imobiliário voltado para a venda de lotes rurais atraindo compradores do país e do exterior para a região Norte do Paraná. Dentre os problemas urbanos acumulados, destacamos o déficit habitacional que, atualmente, não é apenas urbano, mas também rural; déficit este estimado para os anos de 2008 a 2019 entre 5,4 a 5,9 milhões de habitações, bem como um número significativo de assentamentos precários, ocupações irregulares onde se alojam cerca de 3,2 milhões de famílias distribuídas no território nacional.

Em Londrina, esse déficit é estimado por meio de um cadastro de espera por moradia, no qual há 58.620 inscritos (2022) na COHAB/LD, sendo que 3.200 famílias vivem em ocupações irregulares. O censo 2022 demonstra que 15.500 famílias de Londrina se encontram enquadradas na renda de até 1,5 salário mínimo mensal, sendo essa a população alvo das políticas de habitação de interesse social.

Todo o cenário de crise econômica causado pelo aumento da população, a crescente especulação imobiliária, o déficit habitacional exacerbado - tanto qualitativo como quantitativo-, engendraram problemas urbanos, socioambientais e habitacionais. Em decorrência, as ocupações irregulares foram criadas como alternativas para a população de baixa renda que não tem acesso a moradia.

Segundo dados apontados na Revista Perfil (Londrina, 2022) o número de ocupações no município de Londrina consistia em 65 e, nestas, residiam 10.289 pessoas em condições de vulnerabilidade e risco social.

Com base nos percentuais populacionais brasileiros, Maricato (2001), afirma que o reflexo do processo de urbanização, no cotidiano das cidades brasileiras, se conformou em pouquíssimo tempo, sem planejamento urbano, sendo dominado pelo favorecimento dos interesses dos agentes proprietários dos meios de produção, acaba por ocasionar altas taxas de segregação socioespacial.

Por outro lado, Wanderley (2009), afirma que as décadas de 1970, 1980 e 1990 foram significativas para a politização da questão urbana, pois foram organizados os movimentos sociais que lutam por moradia, regularização fundiária, políticas públicas, recursos para habitação, organizações profissionais e, com destaque, o Movimento Nacional pela Reforma Urbana³, responsável pela mobilização de diversos setores populares, profissionais e acadêmicos pela aprovação da Emenda Popular da Reforma Urbana durante o período da Assembleia Constituinte.

Assim como obteve-se avanços, também houve retrocessos na gestão do governo federal⁴ (2018-2022) das instâncias participativas - IPs representadas pelos Conselhos, um esvaziamento da participação institucionalizada e diálogo com os movimentos sociais e outros atores coletivos. Em relação às instituições participativas, as mais significativas, na trajetória examinada, são os Conselhos Municipais de Habitação/CMHs, destacando-se as Conferências de Habitação, porém, ao longo das últimas gestões, estas apresentaram dificuldades para o adequado funcionamento, influenciando o esvaziamento dos processos

³ No contexto da Assembleia Nacional Constituinte, o MNRU apresenta a emenda popular de reforma urbana, assimilada parcialmente no capítulo inédito de política urbana na CF-88, correspondente aos artigos 182 e 183. O primeiro traz os princípios da função social da cidade e da propriedade; resignifica o instrumento do Plano Diretor como obrigatório para municípios com mais de 20 mil habitantes e cria o instrumento de parcelamento e edificação compulsória. O segundo refere-se destaca-se outro avanço e reconhecimento, pelo art. 183, do direito à ocupação informal, por meio do usucapião urbano, inclusive coletivo, após cinco anos, remete ao princípio da função social da propriedade (Brasil; Carneiro, 2009)

⁴ Decreto 9759-<https://www.brasildefato.com.br/2019/04/16/governo-bolsonaro-extingue-mais-um-espaco-de-discussao-de-politica-urbana>

participativos e o baixo envolvimento do público alvo da habitação de interesse social.

De forma geral, argumenta-se que a participação social institucionalizada por meio de instituições participativas, canalizando agendas de movimentos populares e associações ligadas à moradia em contextos de governos que privilegiem a gestão democrática, pode ser associada a avanços e inovações que pautam nas políticas habitacionais. O sucesso de uma Conferência de habitação depende da participação popular, a presença da população é fundamental para que os objetivos sejam alcançados.

Nesse contexto sucintamente descrito, esse estudo trata de um relato de experiência, de cunho descritivo-reflexivo, vivenciado em setembro de 2023. O cenário do estudo corresponde ao município de Londrina, localizado no Norte do Paraná e que abriga uma população, segundo censo IBGE 2022, de 555.937 habitantes, sendo por isso classificado como o segundo município mais populoso do estado (IBGE, 2022).

No tocante à habitação, o município de Londrina, conta com a Companhia Municipal de Habitação – Cohab-Ld, representando um braço do poder público na implementação da política de habitação de interesse social.

A questão da habitação em Londrina tem sido marcada, historicamente, pela ausência de ações continuadas e pela ausência de uma política pública voltada para a população vulnerável economicamente. Conforme diagnóstico retratado no Plano Local de Habitação de Interesse Social/PLHIS (2011), excetuando o curto período de 1993 a 1997, em que o problema da habitação foi enfrentado por meio de um processo participativo através de duas conferências municipais, a primeira em abril de 1993 e a segunda em abril de 1997, que levou à criação e instituição do conselho municipal da habitação, poucos foram os momentos nos quais esta questão foi abordada de modo sistemático. Desse período até o presente momento (1993-2023) foram realizadas 06 Conferências e diversas Pré-conferências evento preparatório para a conferência.

A experiência mais recente do CMH de Londrina na sua sexta edição da Conferência e em oito encontros das Pré-Conferências em 2023, evidenciou um grande número de moradores das ocupações irregulares, sendo esses os protagonistas desses encontros. Quando a comissão organizadora da 6ª

Conferência planejava as Pré-Conferências, a princípio demandava a realização de cinco distribuídas nas Zonas: Norte, Sul, Leste, Oeste e na central de Londrina. Analisando o contexto do número de ocupações e os conflitos que têm sido vivenciados entre poder público e moradores definiu-se pela realização de mais três Pré-Conferências nos territórios de ocupações irregulares. Com isso foram realizadas na Zona Norte duas Pré-Conferências, sendo uma no Conjunto Flores do Campo e a outra na ocupação Aparecidinha; uma na Zona Sul atendendo as ocupações do União da Vitoria, Vila Feliz, Cristal que foram executadas e coordenadas por docentes e discentes da Universidade Estadual de Londrina no mês de setembro de 2023, sendo esse o foco desse estudo.

Como metodologia de abordagem qualitativa foi utilizada a pesquisa-ação que “é aquela que, além de compreender, visa intervir na situação, com vistas a modificá-la”. A proposta é que as mudanças levem a um “aprimoramento das práticas analisadas” (Severino, 2007, p. 120). Saquet (2019), ao aprofundar a discussão sobre metodologia participativa de pesquisa e/ou ação, assevera que é necessário que o/a pesquisador/a vá ao território não para estudar aquela realidade mantendo a dicotomia sujeito-objeto, mas sim movido pela relação sujeito-sujeito que visa produzir conhecimento junto com a população que vive o território, com cooperação entre os diferentes sujeitos que resulte em novas formas de conhecer e intervir naquela realidade.

Para o autor, trata-se do/a pesquisador/a assumir a postura de colocar-se lado a lado dos trabalhadores/as, consciente dos efeitos nocivos do poder do capital e do Estado burguês, inserindo-se nos movimentos sociais em uma luta contra-hegemônica.

Para tanto, como técnicas de pesquisa, utilizou-se revisão de literatura científica e levantamento documental analisando atas do CMHL referente à participação social nas Pré-conferências, eventos preparatórios para 6ª Conferência Municipal de Habitação. A análise documental se concentrou no processamento das informações das listas de presença dos encontros presenciais, bem como nas propostas elencadas a partir dos encontros. Dos oito encontros realizados, extraiu-se 03 para esse relato. Classificou-se um total de 717 registros individuais de participação nas oito Pré-Conferências, desse total destacamos 501 são moradores das ocupações irregulares e apresentaram 51 propostas encaminhadas à Conferência.

O texto final foi organizado em quatro partes. Inicialmente discutiu-se sobre participação social apontando as instâncias participativas institucionalizadas por meio do conselhos e os eventos, dentre os quais as conferências. A seguir apresenta-se o Conselho Municipal de Habitação de Londrina e as Pré-Conferências e o protagonismos dos participantes.

Participação social e as instâncias participativas

O Estatuto da Cidade de 2001 estabeleceu como uma das diretrizes gerais da política urbana com a gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano⁵

[...] gestão democrática: deve ocorrer por meio da ação de conselhos avançar no planejamento e na gestão urbana de política urbana, da iniciativa popular de leis e da realização de debates, audiências e consultas públicas para a aprovação e a implementação dos planos diretores e das leis orçamentárias (Brasil, 2011, p.13-14)

Tatagiba (2002), alerta que o discurso da participação cidadã pregava a democratização do processo com eficácia dos resultados, visando à inversão de paradigmas de gestão. “A mudança seria possível porque a participação provocaria um tensionamento nas agências estatais, tornando-as mais transparentes, mais responsáveis, mais suscetíveis ao controle da sociedade”. (Tatagiba, 2002, p.47). Para a autora, era esperado que a sociedade ficasse mais ‘próxima’ do Governo e pudesse exercer um papel mais efetivo de fiscalização e controle.

A autora, entende que o que se esperava da participação era que ela “tivesse um efeito direto sobre os próprios atores que participavam, atuando como um fator educacional na promoção de cidadania” (Tatagiba, 2002, p.47).

⁵ Lei n.º 10.257/2001, artigo 2.º, inc. II.

Assim, quanto mais participativo fosse o indivíduo da esfera pública e política, maior seria sua capacidade cidadã.

Para Dagnino (2004) o número de conselhos municipais de políticas públicas no Brasil apresentou um crescimento intenso desde a década de 1990. Como resultado, pode-se observar um conjunto de variáveis que explicam o seu êxito ou não, dentre as quais se destacam o desenho institucional, a densidade associativa, a cultura política dos atores e seus recursos, quer individuais quer coletivos, e a vontade política das elites governantes e/ou elites políticas (Côrtes, 2009; Almeida, 2010; Cunha, 2012).

O conceito de instituições participativas - IPs surge a partir de uma crítica de Avritzer (2008), à forma como a ciência política, tradicionalmente, tem tratado o conceito de instituição política, tomando como parâmetro apenas aquelas “formais” da democracia representativa. A crítica do autor é de que tal abordagem não consegue captar instituições que não estão formalmente definidas. Uma segunda crítica é quanto à abrangência do conceito, ao não tratar das “práticas participativas, mas apenas com as instituições resultantes do processo de autorização da representação”. Por IPs o autor destaca formas diferenciadas de incorporação de cidadãos e associações da sociedade civil na deliberação sobre política. (Avritzer, 2008, p. 45).

As IPs são formas de participação política e consideradas como instituições por envolverem um conjunto de regras que regem a atividade social e política, tal qual instituições políticas mais tradicionais (casas legislativas, poder executivo, sistema legal, judiciário etc.). Além disso, essas por meio de suas instâncias representativas ou combinadas com forma diretas, proporcionam a vocalização de demandas, discussão pública e formação de acordos a partir de cidadãos e grupos organizados da sociedade (Pires; Lopez, 2010). A participação popular direta e o respeito à soberania popular nos processos de tomada de decisão sobre os espaços da cidade, se torna uma premissa.

Destacamos as conferências entendidas como processos participativos que reúnem, com certa periodicidade, representantes do Estado e da sociedade civil para a formulação de determinada política pública. Para o Instituto Pólis (2005) as finalidades de conferências são: Definir princípios e diretrizes das políticas setoriais; Avaliar programas em andamento, identificar problemas e

propor mudanças, para garantir o acesso universal aos direitos sociais; Dar voz e voto aos vários segmentos que compõem a sociedade e que pensam o tema em questão; Discutir e deliberar sobre os conselhos no que se refere às formas de participação, composição, proposição da natureza e de novas atribuições; Avaliar e propor instrumentos de participação popular na concretização de diretrizes e na discussão orçamentária.

Partindo destas intencionalidades, além do caráter de formulação e avaliação de ações estatais, percebe-se a intenção de trazer os diversos sujeitos políticos para a discussão no espaço público e de conectar esse mecanismo de participação com outros de um sistema participativo, como no caso dos conselhos. Importante ressaltar que as conferências se constituem como processos participativos, não são apenas atividades ou eventos, pois em geral desenvolvem-se ao longo do tempo e não pontualmente. Além disso, têm diversas ações conectadas e há a intenção, declarada, de encaminhar as decisões geradas no processo de discussão.

Assim, podem ser identificados alguns elementos caracterizadores de conferências, a saber: elas constituem-se como uma etapa da formulação de políticas públicas em uma determinada área temática; reúnem diversos sujeitos políticos; conectam-se com outros mecanismos de participação; e desenvolvem-se como um processo participativo.

As conferências, em geral, são convocadas com caráter consultivo ou deliberativo, o ato convocatório pode ser lei, decreto, portarias ou resolução do respectivo conselho. O órgão responsável pela convocação e realização do processo pode ser do Poder Executivo ou do Legislativo e também o próprio Conselho da área temática, os responsáveis publicam portarias que definem comissão organizadora, objetivos, período e forma de realização da conferência. É comum que na comissão organizadora já estejam representados os diversos segmentos a serem mobilizados.

Em geral, a comissão é um órgão colegiado temporário que discute as estratégias e o cronograma de ação que serão realizados por uma coordenação executiva, dedicada exclusivamente a tal tarefa; essa também discute o regulamento que estabelece as etapas do processo, a forma de escolha dos representantes e os temas em pauta.

Os eventos preparatórios podem ser realizados com públicos específicos – conferências setoriais – e podem ser municipais ou regionais, tendo múltiplas bases territoriais a depender da organização temática. Quando são processos nacionais, há etapas estaduais para a escolha de representantes e discussão prévia dos temas propostos. Para orientar a discussão são produzidos documentos de referência que podem provocar debate (texto orientador) ou apresentar propostas do governo para aquele tema (texto-base).

No evento final, ou seja, na conferência, o diálogo segue o modelo de assembleias e, quando é o caso, há momento para eleição de representantes para o respectivo conselho gestor. Nas conferências, têm direito a voz e voto os delegados vindos de etapas preparatórias e delegados natos – integrantes do conselho correlato, bem como é permitida a participação de observadores. As decisões dessa plenária são chamadas deliberações ou resoluções, e cabe ao órgão responsável pela conferência dar-lhes encaminhamentos.

Conselho Municipal de habitação de Londrina e as Pré-Conferências Municipal

Os conselhos municipais devem ser espaços democráticos e decisórios, locais de comunicação e expressão das discussões políticas de uma sociedade, das demandas sociais de uma comunidade. Podem ser locais de participação efetiva, uma vez que a maioria dos conselhos desempenham atribuições deliberativas e executórias, para definições de políticas públicas para efetivação de direitos sociais. Rocha (2008) enfatiza que quase a totalidade das políticas sociais brasileiras como saúde, educação, assistência social, habitação dentre outras,

[...] contam com espaços institucionalizados de participação social, denominados conselhos, que se configuram como órgãos administrativos colegiados com representantes da sociedade civil e do poder público. Muitos deles passaram a desenvolver também conferências nacionais, que são considerados espaços mais amplos de participação, onde representantes do poder público e da sociedade discutem e apresentam propostas para o fortalecimento e a adequação das políticas públicas específicas (Rocha, 2008, p. 137).

É fundamental qualificar os conselhos de políticas públicas, e apontar diversas limitações, e aqui destaca-se o Conselho Municipal de Habitação de Londrina. No quesito da importância desse conselho, não se discute, porém, percebe-se limitações acerca de conhecimento e informações acerca da importância de sua atuação, além disso, por enfrentar outros problemas como ausência nas reuniões, dificuldades em relação aos horários das reuniões, falta de planejamento dentre outras impedem o cumprimento efetivo de seu papel.

Outro fator limitador é a falta de estrutura básica, como espaço físico, material, veículo, orçamento, secretaria e muitas vezes a ingerência do executivo local sobre as atividades do conselho, só se convoca reuniões quando há assuntos para serem deliberados. Observa-se, de modo geral, a falta de conhecimento sobre realidade local, o diagnóstico das questões habitacionais e principalmente da política urbana. Destaca-se a ausência de programas de capacitação dos membros do conselho, o que dificulta a fiscalização e a elaboração de propostas para a política pública de habitação. O desafio, portanto, é fortalecer os espaços de participação social, abrindo as reuniões para refletir e debater as questões afetas a moradia, promover discussões nos territórios vulneráveis e garantir autonomia às organizações da sociedade civil.

Outro desafio vivenciado em Londrina é a rotatividade entre os membros dos conselhos, pois esses são indicados pelas entidades e movimentos sociais (associações, sindicatos, dentre outros), dificultando a instalação de câmaras técnicas que poderiam dar suporte nas discussões e encaminhamentos de propostas. Outro centra na permanência de conselheiros só trocando entre o titular e suplente o que faz com que representantes permanecem por várias gestões integrando o conselho, o que acaba por prejudicar a democracia participativa.

Importante destacar que os conselhos têm atribuições relevantes na definição, fiscalização e controle da execução das políticas públicas, mas, a participação dos cidadãos nestas duas instâncias (Conferência e Conselho) não é suficiente.

Há de se pensar em oportunizar maior participação popular ao definir políticas públicas, ao discutir a lei orçamentária anual e suas prioridades, através de audiências públicas descentralizadas, sendo essas imprescindíveis, entre

outros canais de comunicação, para que haja um diálogo entre governo e governados.

O cidadão precisa deixar de ser mero expectador das políticas públicas no Município para ser protagonista, o conselheiro tem importante função dentro de um conselho e precisa apropriar-se de suas responsabilidades de representar a população. Os conselhos não são meros órgãos consultivos, mas deliberativos e de controle da execução da política pública, portanto é necessária uma renovação nos conselhos a cada período de escolhas, para ampliar a participação de maior número de cidadão que represente a população.

Londrina conta, atualmente (2023), com o Conselho Municipal de Habitação formado por 28 conselheiros e, desses 13 são representantes do poder público indicados pelos órgãos públicos municipais, ou seja, 46% dos conselheiros tem vínculo com a gestão municipal. As demais vagas são ocupadas por 07 representantes da sociedade civil organizada e 08 representantes dos movimentos sociais e seus respectivos suplentes, com mandato por quatro anos.

Afirmamos que a existência de um Conselho Municipal de Habitação é a garantia formal da participação de pessoas de forma institucionalizada na organização, gestão, fiscalização e controle da política pública de habitação de interesse social, mas que nem sempre essa organização formal garante a efetiva participação. Essa composição eleita para próxima gestão (2024-2028), pouco se alterou, são praticamente os mesmos indivíduos que foram indicados pelas entidades, movimentos sociais e do governo municipal. Muitos são os desafios a serem vencidos, pois a participação social é fundamental para se construir uma democracia efetiva e de concretização dos direitos sociais.

Nos encontros de planejamento realizados, desde maio de 2023, os conselheiros do CMHL se dedicaram a viabilizar a 6ª Conferência Municipal de Habitação. Após várias reflexões e discussão a comissão organizadora⁶ decidiu pelo tema: Um novo olhar para habitação de Interesse Social de Londrina, considerando que o município não possui a política pública de habitação de interesse social e que não há uma gestão compartilhada nas instâncias

⁶ Comissão formada por sete conselheiros representantes dos segmentos. A autora desse artigo fez parte dessa comissão, bem como o representante do CEPAS, entidade que participou intensamente da mobilização e organização dos moradores das ocupações.

federativas, como nas demais políticas setoriais que possuiu um tema para as conferências municipais, estaduais e nacional. Desse tema foram criados três subtemas sendo esses: 1. Políticas Públicas, Metropolização e Projetos Habitacionais de Interesse Social; 2. Linhas de Financiamento e Programas Habitacionais de Interesse Social e o 3. Urbanização, Regularização Fundiária e Áreas Públicas para Habitação.

Souza (2012) destaca que as conferências podem ser convocadas para a formulação de propostas de políticas públicas, e assim foi definido para a 6ª Conferência Municipal de Londrina, momentos para refletir e pensar na construção de uma política pública de habitação para Londrina, propondo a realização de cinco (5) encontros preparatórios antes da Conferência, sendo nas Zonas: Norte, Sul, Leste, Oeste e Centro. Tendo por base essa organização dos fóruns, os pesquisadores iniciaram uma discussão partindo do seguinte questionamento: até que ponto esses espaços representariam a população alvo para qual a política pública estaria sendo pensada? Muitos foram os desafios de se pensar nesses pré-encontros, foi então que assumiu-se a coordenação trazendo para a academia essa responsabilidade através de Projetos de Pesquisa⁷ coordenados por docentes da Universidade Estadual de Londrina.

Decidiu-se pela realização de mais três Pré-Conferências nos territórios das ocupações irregulares de Londrina, a partir dessa proposta voltou-se para academia para discutir e refletir estratégias para essa realização. Inicialmente, entre docentes e discentes, composta por 05 pessoas, elaborou a proposta das Pré-Conferências, construindo a metodologia, a criação de uma cartilha para subsidiar as discussões, a programação operativa com os temas a serem abordados, locais, horários, responsáveis, logística e divulgação.

Em seguida, foi apresentado e aprovado pela comissão da 6ª. Conferência Municipal de Habitação. Distribuiu-se as tarefas entre a comissão organizadora e a academia assumiu a coordenação e a realização das oito (8) Pré-Conferências, bem como da 6ª Conferência Municipal de Habitação de Londrina, incluindo a arte final dos materiais de divulgação como cartazes que seria o

⁷ Projeto 13408 - Direito à Cidade; Habitação Social; Monitoramento e Avaliação de Políticas Territoriais Urbano/Rural em Países Da América Latina – coordenadora Prof Dra. Sandra Maria Almeida Cordeiro e discentes de graduação e pós-graduação do Serviço Social. Projeto 13629 - Atlas dos Territórios Vulneráveis: As Ocupações Irregulares de Londrina/Parana – coordenado pela Prof. Dra. Ideni Terezinha Antonello e discentes de graduação e pos graduação da geografia.

documento base para as discussões nas Pré e na Conferência. Aos demais conselheiros ficou a responsabilidade pela mobilização e organização dos moradores das ocupações, bem como dos espaços físicos para realização desses encontros e a Cohab-Ld o suporte físico, humano e financeiro para realização desses encontros.

A partir da confecção de material de divulgação oferecemos aos participantes da academia um evento preparatório, sendo esse uma capacitação intitulada: Participação Social e Autonomia: uma experiência para elaboração da Política Habitacional de Londrina⁸. O evento foi composto por dois momentos sendo módulo teórico, que culminou em quatro encontros e no prático a participação dos alunos nas Pré-Conferências e na 6ª Conferência Municipal de Habitação. Participaram discentes e docentes da graduação e pós-graduação da arquitetura e urbanismo, da Geografia e do Serviço Social da UEL, além de profissionais e representantes de movimentos sociais.

As Pré-Conferências de habitação, no município, apresenta-se como espaços que visam à divulgação da Conferência Municipal, além de estimular a participação da população, apresentando as questões de moradia, apontando propostas para serem discutidas e aprovadas na Conferência dando diretrizes para a elaboração da política de habitação de interesse social. Ainda, funciona como espaço para escolha dos delegados que representarão a população na Conferência Municipal. Sendo assim, seus participantes acabam compartilhando seus anseios e necessidades avaliando a real situação da habitação e elaborando propostas que irão desembocar na CMH.

As pré-Conferências ocorreram como planejadas e coordenadas pelas docentes e discentes da Universidade Estadual de Londrina, contando com a presença de 717 pessoas (grafico 1), distribuídas nos oito encontros, destacando como o maior número de participantes em evento dessa natureza e do segmento da habitação desde seu início. Desses encontros foram eleitos 96 delegados que participarão da 6 Conferência Municipal de Habitação de Londrina.

⁸ Contamos com a participação de 61 inscritos nesse evento. Foi ministrado no módulo teórico os temas: Espaços de controle social; Participação Social; Auto gestão na Habitação. Os módulos práticos consistiram na participação dos inscritos nas Pre conferencias e na 6. Conferência Municipal de Habitação.

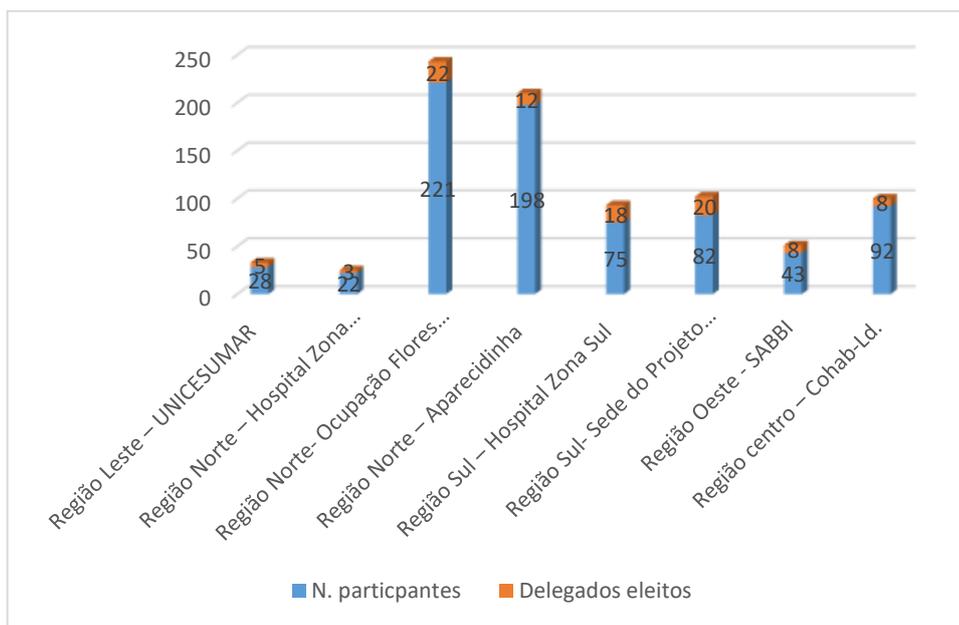


Gráfico 1: Número de participantes e delegados eleitos por Região.

Fonte: Grupo de Pesquisa Direito a Cidade, 2023.

Desse total de participantes, destaca-se a presença de 501 pessoas, moradores das ocupações irregulares, que participaram de forma intensa em 3 Pré- Conferências específicas de seus territórios, o que representa 69% do total de participantes (Gráfico 2).

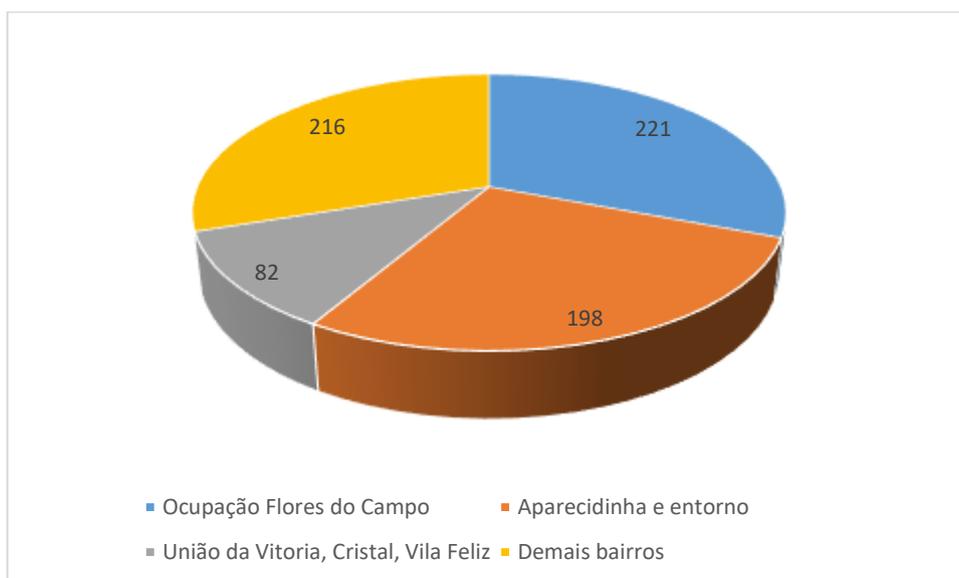


Gráfico 2: Participação nas Pré-Conferências dos moradores das ocupações (números absolutos)

Fonte: Grupo de Pesquisa Direito a Cidade, 2023.

Esses três encontros, que foram voltadas para atender as porções nas quais se encontram as ocupações irregulares, resultou na compilação de 51 propostas, posteriormente apresentadas junto a 6 Conferência Municipal de Habitação, bem como foram eleitos 54 delegados o que representa 56% do total de delegados eleitos que representarão esse segmento na CMHL.

O primeiro momento do evento apresentou-se a partir da cartilha - que continha o tema principal e três subtemas norteadores-, sendo produzida por acadêmicos e utilizada como disparadora da discussão nas Pré-Conferências, o que facilitou muito a compreensão e gerou discussão entre os participantes. Para Saquet, a participação popular em campos de sinergias tem sido fundamental para valorizar os sujeitos e seus saberes, pois instiga compromissos e integram conteúdos acadêmicos e populares, em uma gestão territorial dialógica e solidária (Saquet, 2021). Fals Borda (1981), quando se refere à metodologia da IAP, evidencia que se deve levar em conta o diferencial de comunicação, pois segundo ele é preciso respeitar o nível de desenvolvimento político e educativo da comunidade com a qual se está trabalhando, atitudes simples como a confecção de materiais ilustrados com linguagem informal fazem grande diferença.

A partir dessa abordagem foi criada a cartilha, considerando a linguagem para quem ela se destinava, além de partir da realidade desses moradores, buscou-se partir de suas vivências para retratar as situações cotidianas, para que se reconhecessem e se sentissem representados, destacados no índice como conversas no muro, conversas na construção e conversas nas ocupações.

Essa apresentação da cartilha através de audiovisual trouxe informações a esse público sobre o direito à moradia, regido pelo Constituição que estabelece a responsabilidade da provisão de moradias aos governos federal, estaduais, municipais. Destaca a Emenda Constitucional no 26/2000 que inclui a moradia entre os direitos sociais e reforça o papel fundamental da União na provisão dessas para as famílias de baixa renda, enraizado pelo processo de participação social, e participação da população de baixa renda que norteia a construção e transformação de políticas de habitação vigentes. Suscitou, também, a discussão do crescimento das ocupações irregulares demonstrando claramente que a produção informal de moradias precárias tem sido a forma hegemônica de “solução” adotada pela própria população nas faixas de baixa renda e revela o baixo alcance das políticas públicas que não foram

implementadas no município ao longo de décadas em que o déficit vem se avolumando.

Outro ponto desses encontros foi a participação e o engajamento dos docentes e discentes de graduação e pós-graduação da Universidade Estadual de Londrina nesse cenário. De fato, pode-se verificar a presença desses estudantes na plenária dessas Pré-Conferências que auxiliaram na condução das discussões e reflexões.

Logo após a explanação dos subtemas, ocorreu as discussões e reflexões entre público participante, elaborando as propostas que foram encaminhadas para aprovação na Conferência Municipal, destaca-se a oportunidade desse público de se apropriar de informações que permitiu compreender a cidade e suas leis, os processos de ocupações, espaços esses que produzem a exclusão da cidade mas também a oportunidade de exercer cidadania, participando da construção das políticas públicas de habitação social. Houve uma excelente resposta ao processo de mobilização executada por conselheiros ligados a entidade de terceiro setor CEPAS que atua no SCFV- Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos nesses territórios. Proporcionaram os deslocamentos desses com transporte, bem como a sede da entidade nesses territórios, são soluções importantes para uma população que não possui condições de estar nesses espaços por conta própria.

As pessoas vieram com a expectativa de resolver seus problemas particulares, o que se torna legítimo pelas condições de vulnerabilidade e riscos aos quais estão submetidas e com certeza atribuíram a esse espaço uma oportunidade de serem ouvidos. Segundo relato de um dos participantes, esse enfatiza a necessidade de serem ouvidos, “vamos demonstrar como estamos abandonados, necessitamos ser ouvido e temos expectativas e esperamos que respondam as nossas demandas”. (Moradora da Ocupação Aparecidinha, 2023)

Neste sentido, destacamos a presença de imigrantes venezuelanos que residem na ocupação Flores do Campo, porque eles sempre trouxeram o coletivo nas suas falas, como externou no diálogo com os técnicos, argumenta que precisa da participação da comunidade e é o que vem acontecendo nesses encontros.

...eu espero que daqui para frente se tenha mais reuniões, porém, uma a mais nível de conquista do que as outras, porque essa reunião não se parece com as outras que tivemos tempo atrás, nessa reunião de hoje já estamos com uma tranquilidade no coração porque na reunião de ontem conquistamos o fato de que não seremos despejados, na reunião de amanhã vamos conquistar o fato de que teremos representantes em cada uma das comunidades e assim iremos avançando nas conquistas. (Morador venezuelano da Ocupação Flores do Campo, 2023)

Oliveira e Antonello (2022), diz que é na valorização do conhecimento popular e nas estratégias para recuperá-lo, que envolvendo as camadas populares nos mais diferentes debates que se assenta a relevância da metodologia participativa, e nesse caso o contato direto com os moradores das ocupações foi possível compreender suas demandas vivenciadas no seu cotidiano, bem como assegurar que tivessem vez e voz nos espaços das Pré-Conferências. O desenrolar desses encontros, ocorreu de forma organizada e sistematizada, na medida em que o tempo alocado para esses momentos foi favorável e oportuno para discussões e reflexões, as quais foram marcadas pela intensa participação dos presentes.

Considerando a demanda por moradia e espaço urbano, de acordo com Maricato (2003), as ocupações, de maneira geral, são fruto de exclusão social, caracterizada por indicadores como informalidade, irregularidade, ilegalidade, a ausência de cidadania, a população acaba ocupando áreas impróprias para o uso, muitas vezes, encontradas em lugares de preservação ou risco, as quais apresentam algum grau de risco à segurança e à saúde da população, assim, formando um dos maiores problemas vivenciados pelas cidades brasileiras.

As propostas apresentadas nesses encontros retratam os conflitos fundiários, tornando visíveis as lutas por moradia, destacamos as reivindicações para a regularização fundiária, através da proposta: terrenos desocupados, prédios abandonados que cumpram sua função social.

De forma geral, argumenta-se que a participação social, por meio de instituições participativas, canalizando agendas de reivindicações ligadas à moradia e que privilegiem a gestão democrática pode ser associada a avanços e inovações que pautam nas políticas habitacionais. O sucesso de encontros como esse, depende da participação popular, representada nesse caso por seus moradores que pautam suas reivindicações, que serão apresentadas na

Conferência, que age como interlocutor das propostas aprovadas em plenárias, ampliando a participação e o controle social.

Analizamos nesses encontros o sentimento forte de pertença que essa população tem com o seu território, que segundo Santos é o sentimento de pertencer aquilo que nos pertence, o território é fundamento do trabalho, o lugar da residência, de trocas materiais e espirituais, e do exercício da vida”. (Santos, 2012, p. 14)

E mais ainda quando esses nos relatam que esse território sempre será o lugar da resistência, da defesa, da luta pela sobrevivência do poder que se institui. Não é um lugar qualquer, segundo moradora “aqui estou há mais de trinta anos ninguém me tira daqui e só saio daqui morta’ (moradora do União da Vitória I, 2023).

Percebe-se, esse lugar cheio de significados para aqueles que o constroem, pois ela diz cada tijolo, cimento e pedra colocados nesse lugar para ter minha casa, foi com muito suor, lágrima e muitas vezes deixando de comer. Ressalta outra participante aqui nasceram meus filhos e estou aqui sem respostas há muitos anos. Como fica essa situação? Retomamos a partir das falas que aquele era o lugar de construir as propostas que viessem de encontro com tantas necessidades e com tanto abandono por parte do poder público. Observou-se a partir dessas falas que o significado dos territórios sofre determinações principalmente de seu histórico de constituição (Figura 1).

Esses encontros foram marcados por narrativas tão profundas e significativas que foram adicionadas nas propostas, pois a coordenação tinha um papel importante de colocar em propostas essas angústias permeadas por anos de espera por respostas.

Observou-se que a realização das Pré-Conferências nos territórios das ocupações possibilitou a participação da população alvo da política, ao mesmo tempo em que foram trazidas por esses moradores a falta de moradia, a precariedade, o acesso a cidade e as condições que estão submetidos. Outro ponto a destacar é que se cria uma cultura política para a participação social desse segmento na maioria das vezes excluídos desses espaços. Desta forma, trata-se de um espaço democrático de todos e para todos participarem.



Figura 1: Vista parcial da Pré-Conferência Flores do Campo

Fonte: Grupo de Pesquisa Direito a Cidade, 2023.

Por isso, o destaque às pré-conferências, podendo afirmar que essa população alvo da política de habitação de interesse social ocupou e ocupa o protagonismo e o papel fundamental no fornecimento de informações de seu cotidiano, que devem orientar na tomada de decisões políticas, considerando os seus respectivos resultados.

Considerações finais

A luta dos moradores das ocupações para conquistar e garantir o direito à moradia é fundamental pressionando o Estado a cumprir o seu papel previsto em lei e para gerir os recursos públicos, priorizando o essencial para a população de baixa renda. No entanto, para que as necessidades desses moradores estejam na pauta de prioridade do governo, faz-se necessária a mobilização desses moradores, por isso estar nas instancias participativas que foram as Pré-Conferências se torna um grande avanço e preparação para essas cobranças. Pois foram momentos de discussões e dos anseios do público

representando pelos moradores das ocupações, que resultou em número expressivo, qualidade e abrangência de propostas nunca vistas nas anteriores.

A valorização desse processo, e ousadia em realizar as Pré-Conferências de Habitação para os territórios das ocupações, destaca-se pela primeira vez em Londrina, tendo como fatores limitantes a disponibilidade de orçamento financeiro e, principalmente, o curto espaço de tempo para o planejamento destas e da própria 6. Conferência Municipal Habitação. Essa forma de organização da participação nas Pré Conferências, eventos preparatórios para a Conferência, pode ser considerada um avanço para o município quanto ao controle social, ao tempo em que se estabelece o desafio da continuidade desse processo nas próximas. O papel da academia nesse processo é de aproximação como ressalva Saquet (2022) que a práxis territorial popular pode e deve ocorrer dentro e fora do território, sendo papel das Universidades um papel essencial de recriarem uma revolução político-cultural-ambiental em favor da população de baixa renda, consubstanciando uma práxis territorial ligada aos diferentes sujeitos de cada território e lugar, no tempo e no espaço.

As políticas públicas por meio da implementação dos programas habitacionais no município de Londrina, não têm garantido o direito à moradia, tal política, que deveria instituir esse direito ao cidadão, estaria na contramão desse processo, pois desconsidera os aspectos culturais e identitários que permeiam o território urbano e a participação dos cidadãos enquanto sujeitos desse processo em construção.

A participação se constitui em um instrumento de controle do Estado pela sociedade e desta forma se apresenta como potencialidade dos cidadãos serem autores dos critérios e parâmetros relacionados às decisões no âmbito das políticas públicas. Nessa perspectiva, cidadãos podem ser responsáveis pela conquista de novos direitos e de promover a diminuição das desigualdades e iniquidades tão presentes na sociedade brasileira.

Entende-se que as pré-conferências de habitação realizadas contribuíram para democratizar o espaço da 6 Conferência Municipal de Habitação, na medida em que ampliaram a base da participação dos moradores das ocupações irregulares de Londrina. Destacam-se as discussões de propostas originadas nas necessidades locais desses territórios a partir das vivências de seus moradores, portanto esses são os protagonistas desses eventos.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, D. C. R. Metamorfose da representação política: lições práticas dos conselhos de saúde no Brasil. In: AVRITZER, L. (Org.). *A dinâmica da participação no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2010. p. 129-174

AVRITZER L. Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. *Opinião Pública*, Campinas, vol. 14, n.1, junho, p.43-64, 2008.

CORTES, S. M. V. Conselhos e conferências de saúde: papel institucional e mudança nas relações entre Estado e sociedade. In: FLEURY, S. & LOBATO, L. V. C. (Orgs.) *Participação, Democracia e Saúde*. Rio de Janeiro: Cebes, 2009. p. 102-128.

BORBA, Julian. Participação política como resultado de instituições participativas: oportunidades políticas e o perfil da participação. In: PIRES, Roberto Rocha C. (Org.). *Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação*. 1 ed. Brasília: IPEA, v. 7, p. 65-76, 2011.

BRASIL. Lei nº 12.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Estatuto da Cidade. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, D.F. 11 jul. 2001 e retificado em 17 jul 2001.

BRASIL, SR/PR, 2011. *Democracia participativa: nova relação do Estado com a Sociedade – 2003-2010*. Brasília. SR/PR (2ª edição).

COHAB/LD. *Companhia Habitação de Londrina*. PLHIS – Plano Local de Habitação de Interesse Social de Londrina. COHAB-LD, 2011.

DAGNINO, E. Sociedade civil, espaços públicos e a construção democrática no Brasil: limites e possibilidades. In: DAGNINO, E. (Org.). *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

FALS BORDA, O. La ciencia y el pueblo. In: GROSSI, F.V; GLANOTTEN, V; WIT, T. *Investigación participativa y praxis rural*. Lima: Mosca Azul Editores, 1981. p. 19-47.

IBGE,2010. Instituto Brasileiro de Geografia e Pesquisa. Sistema IBGE de Recuperação Automática. *Censo demográfico 1991-2000-2010*. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/> Acesso em novembro de 2023.

IBGE,2022. Instituto Brasileiro de Geografia e Pesquisa. Sistema IBGE de Recuperação Automática. *Censo demográfico 2022*. Disponível em <https://censo2022.ibge.gov.br/>.Acesso em dezembro de 2023.

INSTITUTO PÓLIS. Conferências Municipais. *Boletim Dicas*, n. 230, 2005. Disponível em: <http://polis.org.br/publicacoes/conferencias-municipais>. Acesso em: novembro de 2023.

LONDRINA. Prefeitura de Londrina. *Perfil de Londrina 2022 (Ano base 2021)*. Disponível em: <http://repositorio.londrina.pr.gov.br/index.php/menu-planejamento/gpi/perfil-de-londrina-2022/53984-perfil-2022/file> Acesso em: novembro de 2023.

MARICATO, E. MetrÓpole, legislação e desigualdade. *Estudos Avançados*, v. 17, n. 48, p. 151-167, 2003.

OLIVEIRA, A.P.S; ANTONELLO. A Utopia de Transformação Socioterritorial pela Luz que Irradia da Participação Popular: Abordagens Latino-Americanas de Planejamento Urbano - *Anais [...] XIX ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR- Blumenau.2022*.

ROCHA, E. A Constituição Cidadã e a institucionalização dos espaços de participação social: avanços e desafios. *20 anos da Constituição Cidadã: avaliação e desafios da Seguridade Social*. Flávio Tonelli Vaz, Juliano

Sander Musse, Rodolfo Fonseca dos Santos (Coords). Brasília: ANFIP, 2008, p. 131-148.

SAQUET, M. A. *Saber popular, práxis territorial e contra-hegemonia*. Rio de Janeiro: Consequência, 2019, 144.

SAQUET, M. A. Territoriología en/de la praxis? *Mercator*, Fortaleza, v.21, e 21031, 2022. ISSN:1984-2021.p.1-13.

SEVERINO, A. J. *Metodologia do Trabalho Científico*. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SOUZA, C. H. L. A que vieram as conferências nacionais? Uma análise dos objetivos dos processos realizados entre 2003 e 2010. *Texto para Discussão 1718*. Rio de Janeiro: Ipea, 2012.

SANTOS, M. A *Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção*. 4. Ed 7ª reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

TATAGIBA, L. Os Conselhos Gestores e a Democratização das Políticas Públicas no Brasil. In: DAGNINO, E. (org.). *Sociedade e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 47-103.

WANDERLEY, L. E; RAICHELIS. R. (Org.). *A cidade de São Paulo: relações internacionais e gestão pública*. São Paulo: Educ, 2009.

Sandra Maria Almeida Cordeiro

Professora Associada da Universidade Estadual de Londrina/PR, no Curso de Graduação e Pós-Graduação em Serviço Social. Possui graduação em Serviço Social, mestrado e doutorado em Serviço Social e Política Social pela Universidade Estadual de Londrina. Realizou o estágio de Pós-doutoramento no Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras na Universidade Estadual do Oeste do Paraná- Campus de Foz do Iguaçu. Tem experiência profissional na área do Serviço Social, atuando nos temas: Direito à Cidade, Direito à Moradia; Território; Habitação de Interesse Social.

E-mail: sandracordeiro@uel.br

Currículo lattes: <https://lattes.cnpq.br/4499153992012945>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2064-4068>

Marcos Aurelio Saquet

Possui graduação em Geografia pela UNIJUÍ, RS (1990), Mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina (1996) e Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2001). Fez doutorado sanduíche na Università Ca Foscari de Veneza e Pós-Doutorado no Politecnico e Università de Turim- Itália. Atualmente é professor Associado C da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, onde ensina nos cursos de graduação em Geografia (Licenciatura e Bacharelado) e no Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras (Mestrado e Doutorado).

E-mail: saquetmarcos@hotmail.com

Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/5464297116879647>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3435-8428>

Recebido para publicação em maio de 2024.

Aprovado para publicação em junho de 2024.